



EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS: O RECONHECIMENTO DE UM DIREITO

Jucélia Laurentino Bezerra

Universidade Estadual da Paraíba UEPB

jucelialaurentino@hotmail.com

Profa. Dra. Valdecy Margarida da Silva

Universidade Estadual da Paraíba UEPB

valmargarida@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho objetiva discutir sobre a negação do direito à educação, destinada ao público da Educação de Jovens e Adultos. Os questionamentos iniciais que deram origem à discussão surgiram no curso de extensão Alfabetização e Letramento em Educação de Jovens e Adultos (EJA), oferecido pelo Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e coordenado pela Profa. Dra. Valdecy Margarida da Silva. Observa-se que, em nosso país, temos um número considerável de pessoas que não tiveram direito a educação escolar formal durante sua infância e/ou adolescência. O modelo de educação européia e elitista, implantado no Brasil, iniciou uma cultura de exclusão escolar para os menos favorecidos, resultando em adultos analfabetos. Pretendemos discutir, aqui, o reconhecimento como um direito, à educação de jovens e adultos no contexto escolar, o que, em outrora, lhes foi negado. Constitui-se em uma pesquisa bibliográfica e fundamenta-se em autores como Socorro Calháu (2010), Arroyo (2007), Freire (2006), Silva (2012) dentre outros. A construção de uma visão crítica da história da EJA é necessária, para que se (re)conheça as dificuldades



contempladas pelos alunos e haja transformações significativas nessa modalidade de ensino. É mister o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a EJA, a fim de encontrar meios de aproximar esses sujeitos da escola. Desse modo, com o aluno conhecendo e entendendo o sentido da educação, ocorrerá uma amenização da evasão escolar resultante de nosso modelo pedagógico. Constatamos nessa pesquisa que, ainda hoje, permanece em nossa sociedade a exclusão do aluno da EJA, pois lhe é negado o direito a uma escola com conteúdo e que responda às suas expectativas. O modelo de escola em vigor, muitas vezes, não chega a fazer sentido e motivar o aluno para que possa permanecer nesses espaços escolares. Atrelado a isso, o aluno da EJA enfrenta jornadas de trabalho que os leva ao cansaço, pois possuem responsabilidades da vida adulta. Ademais, o percurso até chegar à instituição e as vivências cotidianas no âmbito familiar também interferem no processo de aprendizagem. No Brasil atual, a prática escolar da Educação de Jovens e Adultos acontece, através de um ensino superficial, baseado na educação destinada às crianças, como nos mostra Arroyo (2007). Para o pesquisador, devemos ‘adaptar’ conteúdos, metodologias, tempos, espaços, organização do trabalho docente e discente às formas e lógicas em que foram estruturadas essas modalidades de ensino. (ARROYO, 2007, p. 44). De acordo com Calháu (2007), a escola brasileira ainda não consegue identificar quem é seu aluno; “ainda temos dificuldade de identificar quem é o povo brasileiro, como ele pensa, como vive, que conhecimentos ele produz, que conhecimentos lhe interessam” (CALHÁU, 2007, p. 44). Arroyo (2007) acrescenta que a Educação de Jovens e Adultos tem de partir, para sua configuração como campo específico, da especificidade desses tempos da vida – juventude e vida adulta – e da especificidade dos sujeitos concretos históricos que vivenciam esses tempos (ARROYO, 2007, p. 22). É importante que a escola busque conhecer o seu aluno e sua realidade, focando no interesse desses sujeitos para que não

fracassem. Nasce daí a importância da articulação dos conteúdos formais com conhecimentos do aluno e de sua comunidade. No entanto, ao longo dos séculos em nosso país, a educação foi dirigida a poucos, inculcava-se na maioria das pessoas, que a educação escolar era direito de uma minoria e bastava para eles, apenas, estarem aptos para o trabalho, como nos mostra Calháu (2007): “fomos levados a acreditar que, para nós, a escola não faria falta alguma, bastaria a nossa força de trabalho e um silêncio histórico que nos mantivesse fora das esferas de poder (CALHÁU, 2007, p. 44)”. Não se construía uma sociedade sem que houvesse um despertar para o valor do conhecimento político e social, o qual pode ser possibilitado pela escola através da alfabetização e do letramento. A alfabetização do adulto deve ultrapassar a aquisição do saber alfabético, segundo Freire (2006). [...] sempre vi a alfabetização de adultos como um ato político e um ato de conhecimento, por isso mesmo, como um ato criador [...]. Daí que também não pudesse reduzir a alfabetização ao ensino puro da palavra, das sílabas ou das letras (FREIRE, 2006, p.19). É preciso vivenciar a realidade social e política que insere o aluno da EJA. A educação destinada aos adultos era precária e de má qualidade, possibilitada a partir de programas e campanhas de alfabetização, pois o intuito delas era apenas alfabetizar decodificando letras e sílabas. Galvão & Soares (2010) acrescentam que alguns intelectuais foram contrários a essa campanhas, [...] a alfabetização em massa era referida em parte dos discursos como potencialmente perigosa, uma arma sobre a qual não se teria controle. Por isso, a necessidade de, ao lado de alfabetizar, fornecer uma formação que transformasse esses sujeitos em alguém produtivo, longe dos vícios (GALVÃO & SOARES, 2010, p.39). Os adultos analfabetos, nessa época, eram vistos como degenerados já que não tiveram o direito a ingressarem no sistema educacional, o qual era excludente, resultando em um ato vergonhoso para o país. A educação escolar era, e continua sendo, um direito de todos.



No entanto, o governo não se empenhou para que houvesse mudanças significativas no sistema educacional, as quais possibilitariam a alfabetização entre crianças, jovens e adultos. A educação nunca esteve ao alcance de todos, excluiu-se a massa no que se refere à prática da leitura/letramento e escrita. Se no passado a exclusão se dava na negação ao direito dessas práticas sociais, hoje percebemos que a educação exclui o sujeito, embora este esteja em ambiente propício para a aquisição da alfabetização. Essa exclusão acontece quando a escola limita-se ao discurso do currículo adotado pelos educadores, não aproximando a educação da realidade desses sujeitos. É preciso conhecer os sujeitos da EJA como nos diz Arroyo (2007). Por décadas, o olhar escolar os enxergou apenas em suas trajetórias escolares truncadas: alunos evadidos, reprovados, defasados, alunos com problemas de frequência, de aprendizagem, não-concluintes da 1ª à 4ª ou da 5ª à 8ª série. Com esse olhar escolar sobre esses jovens-adultos, não avançaremos na reconfiguração da EJA (ARROYO 2007, p.23). É preciso construir uma sociedade que valorize a educação dando meios e oportunidades a todos para aprender. Extinguir os pensamentos negativos relacionados às vivências escolares do aluno da EJA é algo a ser vencido, e não alimentar conceitos que desvalorizem esses sujeitos. A educação escolar deve integrá-los, independentemente de idade, ao sistema educacional, reconhecendo-os como agentes transformadores da sociedade. Caso contrário, permanecerá a negação do direito do aluno da EJA nos âmbitos escolares. Para tanto, é preciso que a escola tenha o pensamento pedagógico também voltado para a construção do conhecimento social. Então, o professor tem o desafio de contribuir com práticas pedagógicas que integre o aluno da EJA, entretanto esse professor não teve uma formação ideal que acolha esses alunos, como nos mostra Silva (2012). O papel do educador está cada vez mais complexo levando em consideração que esse professor necessita dar conta de um campo teórico que muitas vezes nem sequer foi contemplado



em sua formação. Na discussão sobre o papel do professor da Educação de Jovens e Adultos na sociedade contemporânea, é necessário problematizarmos o que estamos fazendo na escola, uma vez que, através de nossas metodologias de ensino e de rituais escolares consagrados há muitos anos, preparamos-nos para receber um aluno idealizado pelo arcabouço da Ciência Moderna (SILVA, 2012, p. 64). Nesse sentido, a educação escolar para nossos alunos adultos é um desafio tanto para o docente quanto para esses alunos. Busca sua frequência na instituição ao mesmo tempo em que os profissionais da educação ainda estão presos a metodologias ultrapassadas que muitas vezes os afastam da escola. Porém é preciso nos alertar que o aluno da EJA já traz consigo conhecimentos e experiências da vida em sociedade. Desse modo, tais discentes não precisam de uma escola que os vejam como crianças. Assim, Silva (2012) nos alerta para pensarmos o que estamos fazendo com a escola que é destinada aos adultos. Não é suficiente ensinar a ler e escrever, muitas vezes, agregado a metodologias que não levam o aluno ao letramento social. A alfabetização para pessoas adultas deve caminhar para a transformação social valorando seus saberes. Como nos mostra Silva & Senna (2013). A alfabetização em EJA precisa cumprir a tarefa de tornar os alunos usuários da língua escrita, de forma que valide seus saberes de experiência, e não de forma velada, e os coloque em seus devidos lugares, como sujeitos sociais que desempenham papéis fundamentais na produção de bens materiais e culturais importantes para a manutenção da sociedade (SILVA & SENNA 2013, p. 91). Enquanto o sistema educacional não direcionar um olhar diferenciado para o público da EJA, contemplando as especificidades dessas pessoas, nunca teremos uma educação que reconheça os jovens e adultos como sujeitos de direito. Concluindo, é importante conhecer a trajetória do aluno, o qual vem de uma exclusão social histórica. Valorar a identidade do discente nos aspectos sociais, culturais como também suas vivências para que se sintam estimulados



a persistir na escola a qual deve fazer sentido para os alunos jovens e adultos.

Palavras-chave: Educação de Pessoas Jovens e Adultas. Educação. Direito.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzáles. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. **Diálogos na educação de jovens e adultos**. et al.(orgs). 2ª ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CALHÁU, Socorro. Existe mesmo uma Educação para o povo? “... e uma Educação pro povo, tem?”. Et. al. Rio de Janeiro: Editora Caetés, 2010.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. – 48 ed. – São Paulo, Cortez, 2006.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. SOARES, Leôncio José Gomes. História da Alfabetização de adultos no Brasil. **A alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento**. Et. al. 3ª ed. 1reimp – Belo Horizonte Autêntica, 2010.

SILVA, Valdecy Margarida da. **Alfabetização e Letramento: contribuições á formação de professores alfabetizadores da Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Valdecy Margarida da. SENNA, Luiz Antonio Gomes. Leituras teóricas que fundamentam as práticas de alfabetização na Educação de Jovens e Adultos. In: ALVES, Maria de Fátima. et. al. (orgs.) **Práticas de Linguagem e Ensino**. Campina Grande: EDUFPG, 2013.